

Estudo Técnico Preliminar 44/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 982609/2024

2. Descrição da necessidade

Os Bairros Mapim e Santa Terezinha, localizados estrategicamente no Município de Várzea Grande, estão diante de desafios infraestruturais notáveis, com ênfase na deficiência da pavimentação asfáltica. A inexistência de um sistema viário com revestimento asfáltico adequado tem ocasionado transtornos significativos para os habitantes e visitantes da região. Os problemas incluem acessibilidade comprometida, danos incrementais aos veículos devido à ausência de uma camada de rolamento eficaz e a insegurança viária amplificada durante eventos pluviométricos, sobretudo em segmentos com presença de talwegues, onde a erosão e o escoamento superficial são prevalentes.

A implementação de um projeto de engenharia de pavimentação é imperativa para a mitigação dessas adversidades. A contratação de uma empresa de engenharia civil, com expertise em pavimentação asfáltica, é crucial para a execução de obras que contemplarão a estabilização do solo, a aplicação de camadas de base e sub-base, e o revestimento asfáltico que atenda às especificações do Código de Trânsito Brasileiro e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A empresa contratada será encarregada de fornecer todos os insumos necessários, incluindo agregados pétreos, ligantes asfálticos e equipamentos de compactação, além de mão de obra especializada para a realização das obras, garantindo a conformidade com as normativas de segurança e saúde ocupacional.

Esta iniciativa está alinhada com o princípio de interesse público, visando a melhoria contínua da infraestrutura viária dos Bairros Mapim e Santa Terezinha. A ação beneficiará diretamente a comunidade local, promovendo a mobilidade urbana, a segurança rodoviária e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Município de Várzea Grande, Mato Grosso, em consonância com os planos de expansão urbana e sustentabilidade ambiental.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Viação e Obras	LUIZ CELSO MORAES DE OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A execução da obra em pauta requer a intervenção de uma entidade especializada no ramo de engenharia civil, que esteja plenamente regularizada e detenha autorização

dos órgãos fiscalizadores pertinentes. É imperativo que tal empresa atue em estrita observância às normativas legais correntes e aos critérios de sustentabilidade estipulados neste documento, bem como aos que serão delineados no futuro termo de referência.

O empreendimento a ser contratado é delineado por um escopo bem definido, com um período de realização meticulosamente planejado, refletido em um cronograma físico-financeiro detalhado, conforme estabelecido no projeto básico. No âmbito deste projeto, foram elencados todos os elementos técnicos indispensáveis, com grau de precisão apurado, para a caracterização e dimensionamento preciso da obra. Tal nível de detalhamento assegura a viabilidade técnica, o manejo apropriado dos impactos ambientais e permite uma avaliação acurada do custo total do projeto, além de estabelecer as metodologias construtivas e o prazo de execução.

Os requisitos técnicos foram minuciosamente analisados, assegurando que não existam especificações que possam comprometer a natureza competitiva do processo licitatório. A transparência e a equidade são fundamentais para garantir que a seleção da empresa contratada seja realizada de maneira justa, permitindo a participação de entidades qualificadas e capazes de atender às exigências técnicas e ambientais do projeto.

4.1. REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO

• Para a correta execução do objeto, devem ser observados os seguintes requisitos:

1) Localização da obra: Mapim: <https://maps.app.goo.gl/NtFAn2JhMq4rotMX9>; Localização da obra do Santa Terezinha: <https://maps.app.goo.gl/xCT8ZCCoZHe8oseXA>

2) A obra a ser executada deve cumprir as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas;

3) A metodologia executiva a ser adotada deve estar em conformidade com as normas técnicas vigentes;

4) A definição do orçamento e do prazo de execução da obra estão delineados na planilha orçamentária e no cronograma físico-financeiro, visualizados no projeto executivo – Volume 4 – orçamento (sem desoneração);

5) Deve ser cumprido, por parte da contratada, as exigências da licença ambiental;

6) Para fins de habilitação, o licitante deve apresentar certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, constando os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;

7) Deve ser apresentada comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de atestado de capacidade técnico profissional;

8) Deve ser apresentado, por parte da contratada, atestado de capacidade técnico operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;

9) A avaliação técnica profissional e técnica operacional descritos abaixo foram definidos em observância à instrução normativa (in) nº 108, Mato Grosso de 01/02/2008 e, na instrução normativa nº 58/DNIT sede de 17/09/2021, conforme segue:

- Para efeito de capacidade técnico profissional, serão exigidos itens de obras / serviços idênticos àqueles pontuados para a capacidade técnico operacional, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos (IN nº 58/DNIT sedes, Art. 2º).

- A exigência de capacidade técnica operacional se restringe:

a) Conforme o artigo 94 do Decreto Municipal nº 081/2023, a qualificação técnica necessária para a execução do serviço, quando exigida e devidamente justificada nos autos, pode ser comprovada por meio de inscrição vigente no conselho profissional competente relativo ao profissional técnico envolvido;

b) Aos itens de maior relevância técnica e financeira contidas no objeto a ser licitado (curva abc), em número máximo de 8 (oito) itens, e não superior a 50% (cinquenta por cento) das quantidades licitadas para o serviço específico (in nº 58/DNIT sedes, Art. 4º e IN nº 108, Mato Grosso, Art. 1º). Os itens de serviço de maior relevância técnica e financeira são aqueles que constem do objeto licitado em valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do orçamento total do objeto (in nº 58/DNIT sedes, Art. 4º, § 2º e in nº 108, Mato Grosso, Art. 2º);

c) Conforme estabelecido no acórdão 2.924/2019 - plenário, relatado pelo ministro BENJAMIN ZYMLER, para fins de habilitação técnico operacional das licitantes em certames visando a contratação de obras públicas e serviços de engenharia, devem ser exigidos atestados técnico operacionais emitidos em nome da licitante, podendo ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de Fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados emitidos em nome das licitantes;

d) Não é vedado o somatório de atestados, para o atendimento dos itens de “maior relevância global” e / ou aos de “maior relevância técnica contidas no objeto a ser licitado”. Justificativa: de acordo com o acórdão nº 2.760/2012 – plenário “se o aumento de quantitativos do serviço não incrementa, incontestavelmente, a complexidade técnica da tarefa, não há motivos para estabelecer limite para o número de atestados”, esta situação se apresenta nesta obra de pavimentação e drenagem dos Bairros Mapim e Santa Terezinha.

- Exigência de capacidade técnica operacional e profissional;

Item I - Maior relevância técnica a ser comprovada:

MAIOR RELEVÂNCIA GLOBAL SER COMPROVADA

ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANT. ORÇADO	QUANT. A SER COMPROVADA	RELEVÂNCIA
01	Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico (CBUQ).	t	889,248	444,624	26,25%
		m³	370,52	185,26	
02	Guia (meio-fio) e sarjeta conjugados, moldada in loco	m	3.485,50	1.742,25	11,96%
03	Execução de Bueiro Duplo Tubular de Concreto com Diâmetro de 1,50m	m	49,00	24,50	9,74%

4.2. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

A empresa contratada deverá utilizar na execução das obras as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se, dentre outros, os critérios ambientais indicados abaixo:

- a) Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA.
- b) Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos.
- c) Sempre que possível, fazer uso de energia renovável.
- d) Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as associações e/ou cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis.
- e) Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilize a fonte ecológica recomendada pela advocacia geral de união, disponível no endereço eletrônico: www.agu.gov.br/econfont
- f) Adoção de uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios.
- g) Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos.
- h) Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a resolução CONAMA nº 257/1999.

- i) Atendimento aos padrões indicados pela resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento.
- j) Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – epi necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que eles cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades.
- k) Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental.
- l) Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.

Segue abaixo os requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, lei de licitações e contratos administrativos;
- b) Decreto estadual nº 1.525/2022 – regulamenta a lei nº 14.133/2021, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional do estado de Mato Grosso;
- c) Decreto nº 081/2023 no âmbito da administração pública Municipal direta e autárquica e fundacional do Município de Várzea Grande – MT.
- d) Normas da ABNT, especificações de serviço e normas do DNIT, e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- e) Instrução normativa nº 58/DNIT sede, de 17 de setembro de 2021;
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

5. Levantamento de Mercado

Como solução para execução desta pavimentação, surgiu como opção:

SOLUÇÃO 1: Pavimentação Asfáltica com CBUQ A pavimentação asfáltica utilizando Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) é projetada para garantir uma superfície uniforme e padronizada, capaz de suportar as cargas de tráfego especificadas no projeto. Este material é especialmente adequado para acomodar variações térmicas, adaptando-se às contrações e expansões causadas pelas flutuações de temperatura.

SOLUÇÃO 2: Pavimentação Asfáltica com TSD O Tratamento Superficial Duplo (TSD) é frequentemente escolhido por sua alta flexibilidade e excelente custo-benefício. Esta técnica envolve a aplicação de camadas sucessivas de material betuminoso e agregados, proporcionando uma superfície resistente e durável.

SOLUÇÃO 3: Pavimentação com Concreto Armado Conhecido como pavimento rígido, o concreto armado oferece parâmetros superiores de durabilidade e resistência, com a vantagem de requerer manutenção mínima ao longo do tempo. Embora os custos iniciais sejam mais elevados em comparação com o asfalto, e o tempo de execução seja maior, os benefícios a longo prazo são significativos.

Após análise das opções disponíveis, o projeto executivo aprovado pela Secretaria Municipal de Viação e Obras optou pela **SOLUÇÃO 1:** Pavimentação Asfáltica com CBUQ. Esta decisão foi baseada em um diagnóstico detalhado das características funcionais e estruturais do material, estudos de tráfego e uma análise cuidadosa da relação custo-benefício.

É imperativo que todos os serviços descritos no projeto executivo estejam em conformidade com as normas técnicas atualizadas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A contratação seguirá o regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**, conforme estabelecido pela legislação pertinente (Art. 6º, inciso XXVIII, da Lei 14.133/2021; Art. 281º, do Decreto Estadual nº 1.525/2022; e Art. 72º, do Decreto Municipal nº 81/2023 e Acórdão TCU nº 1.977/2013 – Plenário). Este regime é justificado pela natureza da obra rodoviária, que inclui serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes e sinalização. A execução sob este regime permite um controle mais eficaz das medições pela fiscalização, pois as quantidades são mensuradas por unidade, com o valor total do contrato resultante da multiplicação do preço unitário pelo volume e tipos de serviços realizados. Esta metodologia também facilita a avaliação financeira de eventuais alterações de projeto, protegendo o erário público de custos adicionais.

A licitação será conduzida na modalidade de concorrência eletrônica, adequada para obras de engenharia cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, com especificações usuais de mercado, conforme Art. 6º, XII, da Lei nº 14.133/2021. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

6. Descrição da solução como um todo

O objeto de contratação abrangerá um leque de serviços tecnicamente orquestrados, conforme delineado no projeto executivo. Estes serviços estarão em sintonia com os dados obtidos através do levantamento topográfico e serão quantificados na memória de cálculo, que detalha os volumes e os custos estimados, estabelecendo uma fundação sólida para a elaboração do orçamento da obra. As especificações técnicas complementares também serão incorporadas a este processo, garantindo uma abordagem holística e integrada.

Todos os procedimentos e serviços listados no projeto devem seguir as normas técnicas atualizadas e as diretrizes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A aderência a essas normativas é crucial para assegurar a integridade estrutural e a segurança da obra.

As intervenções planejadas visam não somente preservar, mas elevar o padrão de qualidade da infraestrutura existente. As práticas executivas adotadas deverão refletir o estado da arte em engenharia civil, incorporando as melhores práticas do setor, o uso de tecnologias avançadas, materiais de primeira linha e métodos construtivos que promovam eficiência operacional e sustentabilidade ambiental.

A execução do projeto será um marco de excelência, estabelecendo novos padrões de qualidade e eficácia em obras públicas, com foco na otimização de recursos e na minimização do impacto ambiental. A integração desses elementos será fundamental para entregar uma infraestrutura robusta e durável, alinhada às expectativas da comunidade e às exigências do desenvolvimento urbano moderno.

Os serviços previstos incluem:

Administração Local: Gestão e supervisão do projeto no local.

Serviços Preliminares: Preparação do terreno, incluindo instalação de canteiro de obras e acampamento, mobilização e desmobilização de equipamentos e pessoal, e instalação de placa indicativa da obra.

Terraplenagem: Remoção de vegetação e raízes, escavação, transporte de material, compactação e regularização de áreas de descarte.

Pavimentação: Preparação de sub-base e base, imprimação e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ).

Aquisição de Material Betuminoso: Provisão de materiais para a implantação da pavimentação.

Transporte para Pavimentação: Logística de materiais para o local da obra.

Sinalização Horizontal e Vertical: Implementação de sinalização para segurança e orientação do tráfego.

Obras Complementares: Execução de trabalhos adicionais necessários para a conclusão da obra.

Drenagem: Instalação de sistemas para a gestão de águas pluviais e superficiais.

Fornecimento de Tubos de Concreto Tipo PA-1: Provisão de tubulação adequada para a drenagem.

Assentamento de Tubos de Concreto: Instalação de tubos conforme as especificações do projeto.

Órgãos e Acessórios: Fornecimento e instalação de componentes adicionais necessários para a infraestrutura.

Controle e Recuperação Ambiental: Medidas para mitigar o impacto ambiental e restaurar áreas afetadas pela construção.

Essa abordagem multifacetada assegura que cada etapa da obra seja executada com precisão, qualidade e responsabilidade ambiental, contribuindo para a infraestrutura sustentável e de longa duração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos dos serviços relacionados ao objeto licitatório foram meticulosamente detalhados no projeto executivo, apresentando um nível de precisão que permite caracterizar integralmente a obra em questão. Esta documentação detalhada é essencial para a elaboração de uma estimativa de custos precisa e confiável, em estrita conformidade com as normas técnicas vigentes, procedimentos e manuais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), bem como as normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O projeto executivo para as obras de pavimentação e drenagem dos Bairros Mapim e Santa Terezinha é um compêndio técnico que abrange todos os aspectos necessários para a construção. No Volume 4 – Orçamento da Obra, encontram-se as especificações detalhadas, quantidades e serviços propostos, fornecendo uma visão abrangente e transparente do escopo e dos recursos necessários para a realização do projeto.

Este documento é um instrumento crucial para a administração pública e para os licitantes, pois oferece uma base sólida para a análise de propostas e para a garantia de que a obra será executada conforme os mais altos padrões de qualidade e eficiência. A inclusão de todos os dados relevantes no projeto executivo assegura que o processo licitatório seja conduzido com a máxima integridade e que a obra atenda às expectativas de durabilidade, funcionalidade e sustentabilidade.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.373.147,04

Os quantitativos referentes ao projeto foram meticulosamente determinados por meio de um levantamento técnico dos serviços, conforme estipulado no projeto executivo. Os preços unitários adotados para a composição do orçamento originam-se das tabelas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) / Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO) e da Agência Nacional do Petróleo (ANP), garantindo assim a aderência às práticas de mercado e à legislação pertinente.

As especificações dos serviços e o orçamento foram elaborados com base nas normativas vigentes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA) e do DNIT/SICRO, assegurando que todos os procedimentos e custos estejam em conformidade com os padrões regulatórios atuais.

A decisão pelo Orçamento **Não Desonerado** revelou-se mais vantajosa para a administração pública, refletindo um custo total da obra de **R\$ 2.373.147,04**. Em contraste, o Orçamento **Com Desoneração** resultaria em um valor de **R\$ 2.449.337,23**. A escolha pelo primeiro cenário financeiro proporciona uma **economia de R\$ 76.190,19**, representando uma gestão de recursos mais eficiente.

Orçamento Sem Desoneração

--

RESUMO DOS PREÇOS		
SERVIÇOS	DATA BASE:	05/2024 SINAPI
		01/2024 SICRO
		NÃO DESONERADO
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
I	SERVIÇOS PRELIMINARES	40.416,47
II	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	116.272,89
III	TERRAPLENAGEM	106.792,66
IV	PAVIMENTAÇÃO	950.804,31
V	AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO (IMPLANTAÇÃO)	73.204,91
VI	TRANSPORTE P/ PAVIMENTAÇÃO (IMPLANTAÇÃO)	216.300,15
VII	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL /VERTICAL	41.770,10
VIII	OBRAS COMPLEMENTARES	313.700,55
IX	DRENAGEM	83.370,98
X	BUEIROS DE TALVEGUES, ÓRGÃOS E ACESSÓRIOS	430.514,02
TOTAL GERAL (R\$)		2.373.147,04
EXTENSÃO (km)		2,006
TOTAL/km (R\$)		1.183.217,32

BAIRRO: SANTA TEREZINHA
RUA: DAS FLORES
BAIRRO: MAPIM
RUA: A, B, C, E, QUINTADA E SÃO SEBASTIÃO
OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

Orçamento Com Desoneração

RESUMO DOS PREÇOS		
SERVIÇOS	DATA BASE:	05/2024 SINAPI
		01/2024 SICRO
		DESONERADO
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
I	SERVIÇOS PRELIMINARES	41.511,26
II	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	107.257,97
III	TERRAPLENAGEM	110.119,41
IV	PAVIMENTAÇÃO	991.415,75
V	AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO (IMPLANTAÇÃO)	76.793,04
VI	TRANSPORTE P/ PAVIMENTAÇÃO (IMPLANTAÇÃO)	225.334,76

VII	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL /VERTICAL	43.424,99
VIII	OBRAS COMPLEMENTARES	320.483,40
IX	DRENAGEM	86.433,81
X	BUEIROS DE TALVEGUES, ÓRGÃOS E ACESSÓRIOS	446.562,84
TOTAL GERAL (R\$)		2.449.337,23
EXTENSÃO (km)		2,006
TOTAL/km (R\$)		1.221.204,67
BAIRRO: SANTA TEREZINHA		
RUA: DAS FLORES		
BAIRRO: MAPIM		
RUA: A, B, C, E, QUINTADA E SÃO SEBASTIÃO		
OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS		

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A obra de pavimentação nos Bairros Mapim e Santa Terezinha foi concebida como um projeto integrado, com dimensões que correspondem à capacidade operacional das empresas licitantes, sob a égide da Secretaria Municipal de Viação e Obras de Várzea Grande, Mato Grosso. A natureza dos serviços, intrinsecamente interligados, torna inviável a sua segmentação. A interdependência técnica entre as etapas da obra significa que qualquer interrupção em um ponto crítico pode desencadear atrasos em cascata, inflacionando os custos operacionais e comprometendo os marcos de progresso e a entrega final do projeto.

Optar por um lote único para a execução da obra é uma estratégia que promove a eficiência na instalação e na mobilização do maquinário e da força de trabalho. A divisão em múltiplos lotes poderia afetar adversamente tanto a viabilidade técnica

quanto a eficiência econômica do projeto, além de incrementar significativamente os custos associados à mobilização e desmobilização de recursos para cada segmento isolado da obra.

Portanto, as justificativas técnicas e econômicas apontam para a contratação em lote único como a abordagem mais coerente. A fragmentação do projeto não traria benefícios administrativos e poderia, de fato, prejudicar a integridade estrutural e o valor agregado do empreendimento. A decisão por um lote único assegura a continuidade dos trabalhos, a otimização dos recursos e a entrega de uma infraestrutura de qualidade, dentro do prazo estabelecido e alinhada com os objetivos de desenvolvimento urbano da região.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para atender ao disposto no inciso VIII, artigo 7º, da Instrução Normativa nº 40/2020, disponibilizamos o acesso ao inovador sistema GEOOBRAS. Este portal é de suma importância, dada a complexidade e o volume significativo de contratos que apresentam similaridades com o presente. Criado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), o GEOOBRAS é uma ferramenta digital avançada, projetada para otimizar o monitoramento e a fiscalização de obras públicas em âmbito estadual.

Por meio desta plataforma, usuários podem efetuar buscas minuciosas sobre as obras em andamento, aplicando filtros por município, modalidade de licitação, fase atual da obra, custo estimado, dentre outros parâmetros relevantes. O sistema ainda oferece um mapa interativo e relatórios gerenciais dinâmicos, recursos que ampliam a transparência e fomentam um controle social mais assertivo sobre os investimentos públicos em diversas regiões de Mato Grosso.

Para explorar todas as funcionalidades do sistema GEOOBRAS e contribuir para a gestão eficiente dos recursos públicos, convidamos a visitar o portal oficial do TCE-MT e iniciar sua jornada de fiscalização cidadã. Acesse, participe e exerça seu papel ativo na governança de nossa infraestrutura estadual.

<https://geoobras.tce.mt.gov.br/cidadao/home>

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação em curso está meticulosamente alinhada ao planejamento estratégico da administração municipal, sendo parte integrante do Plano de Contratação Anual (PCA). Este plano identifica de forma clara o projeto “Bairro Mapim e Santa Terezinha: pavimentação e drenagem”, que visa a melhoria das vias urbanas do Município de Várzea Grande, sob a diligente responsabilidade da Secretaria Municipal de Viação e Obras. Para mais informações, o Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br) oferece um panorama detalhado deste e de outros projetos similares.

É importante ressaltar que a contratação vigente está harmonizada com a “emenda estadual”, proveniente da proposta de número 780/2023. A emenda estadual representa uma parcela significativa do orçamento público, com sua distribuição

definida pelos representantes eleitos no legislativo estadual. Essa designação é realizada através de emendas ao projeto de lei orçamentária anual, que é submetido à votação dos parlamentares para o exercício financeiro subsequente.

Tais emendas são instrumentos valiosos que permitem aos deputados estaduais alocar recursos para municípios ou regiões específicas, geralmente onde se localizam suas bases eleitorais. O propósito dessas emendas parlamentares é assegurar uma distribuição de recursos mais justa e equitativa, refletindo o entendimento aprofundado que os legisladores possuem sobre as necessidades locais, fruto de sua proximidade e engajamento com as comunidades que representam. Este mecanismo de alocação de recursos visa fortalecer o desenvolvimento regional e atender às demandas específicas de cada área, promovendo o bem-estar coletivo e a equidade na aplicação dos fundos públicos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios antecipados da pavimentação são multifacetados e podem ser enriquecidos da seguinte maneira:

- a) **Otimização da Infraestrutura Viária:** A implementação de pavimentação de qualidade superior é um divisor de águas para a segurança e eficiência viária. Ela não só diminui a incidência de acidentes, mas também melhora significativamente a experiência de condução, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de manutenção veicular.
- b) **Estímulo ao Desenvolvimento Econômico:** Vias pavimentadas adequadamente são a espinha dorsal do transporte eficiente de produtos agrícolas e industriais. Elas desempenham um papel crucial na redução dos custos logísticos e na elevação da competitividade de mercado. Além disso, uma infraestrutura robusta é um chamariz para investimentos e vitaliza o acesso a zonas comerciais, impulsionando a economia local.
- c) **Elevação da Qualidade de Vida:** A pavimentação é uma alavanca para o acesso ampliado a serviços essenciais, como saúde e educação. Ela contribui para um ambiente urbano mais harmonioso, com menos ruído e desgaste veicular, melhorando o bem-estar da comunidade.
- d) **Garantia do Direito à Mobilidade:** A pavimentação asfáltica é um componente fundamental para a mobilidade urbana, afetando positivamente o dia a dia de motoristas e pedestres, garantindo o direito de ir e vir com segurança e conforto.
- e) **Incremento da Segurança Viária:** Superfícies asfálticas bem executadas oferecem aderência ideal, reduzindo significativamente os riscos de acidentes relacionados a derrapagens e outros perigos viários.
- f) **Conforto aos Usuários:** Uma via pavimentada com asfalto de qualidade proporciona uma superfície lisa e uniforme, o que se traduz em menos vibrações e uma experiência de viagem mais confortável para todos os usuários.
- g) **Redução do Impacto Ambiental:** Pavimentações eficientes contribuem para a diminuição da resistência ao rolamento, o que resulta em um consumo de combustível mais baixo e menos desgaste de pneus. Isso não apenas gera economia para os

usuários, mas também traz benefícios ambientais significativos pela redução das emissões de poluentes.

Esses benefícios destacam a pavimentação não somente como uma melhoria infraestrutural, mas também como um catalisador de transformação social e econômica, reforçando a importância de investimentos em obras públicas que vão além do concreto e asfalto, tocando a vida das pessoas e moldando o futuro das comunidades.

13. Providências a serem Adotadas

Conformidade Legal e Regulamentar: É imperativo que todos os licitantes observem rigorosamente as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 1.525/2022, do Decreto Municipal nº 81/2023, além de aderirem às especificações do edital e do termo de referência. A empresa contratada deve:

Adesão às Diretrizes Técnicas: Comprometer-se com as diretrizes técnicas estabelecidas para a execução de obras e serviços de engenharia, respeitando integralmente as normativas aplicáveis ao objeto contratual.

Execução Fiel ao Contrato: Executar a obra ou serviço em estrita conformidade com o projeto técnico, as especificações detalhadas no termo de referência e seus anexos, e em alinhamento com a proposta técnica e comercial apresentada.

Qualidade e Boas Práticas: Garantir a manutenção de um padrão de qualidade superior e adotar as melhores práticas executivas ao longo de toda a obra ou serviço, visando a excelência e a durabilidade do projeto.

Comunicação com o Fiscal do Contrato: Estabelecer um canal de comunicação eficiente com o Fiscal designado, reportando prontamente qualquer irregularidade ou desvio identificado durante a execução dos serviços.

Disponibilidade para Esclarecimentos: Manter-se acessível para fornecer esclarecimentos ou informações adicionais sempre que solicitados pela administração pública contratante.

Por parte da administração, será assegurado:

a) **Publicação do Edital:** Garantir a disponibilização do edital de licitação de forma ampla e acessível, contendo todas as informações essenciais para a participação dos licitantes.

b) **Designação de Fiscalização:** Nomear um Fiscal competente e responsável pela obra ou serviço, com a missão de assegurar a qualidade, realizar medições periódicas e supervisionar o cumprimento do contrato.

c) **Capacitação de Servidores:** Promover o desenvolvimento profissional dos servidores envolvidos, por meio de treinamentos focados em aprimorar as habilidades de fiscalização e gestão contratual.

d) **Integridade do Processo:** Essas diretrizes são pilares para a integridade e eficácia do processo licitatório e para a execução contratual subsequente, assegurando transparência, equidade e responsabilidade em todas as etapas do projeto.

Essas medidas são essenciais para a realização de um processo licitatório íntegro e para a execução de um contrato que atenda plenamente aos interesses públicos e às expectativas da comunidade.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O processo de contratação em questão é uma oportunidade para reafirmar o compromisso com o interesse público, indo além da análise de custos para abraçar uma visão holística que considera os impactos ambientais e sociais. Isso envolve:

a) **Conformidade com Normas de Sustentabilidade:** A adesão rigorosa a padrões que promovem práticas sustentáveis é essencial, buscando sempre minimizar o impacto ambiental e fomentar a resiliência ecológica.

b) **Gestão Eficiente de Recursos Públicos:** A utilização criteriosa dos recursos financeiros é fundamental para maximizar o retorno sobre o investimento, garantindo que cada real seja aplicado de forma a gerar o maior benefício possível para a comunidade.

c) **Preservação de Recursos Naturais:** Estratégias para a conservação e uso responsável dos recursos naturais devem ser implementadas, assegurando que as gerações futuras também possam desfrutar desses bens preciosos.

d) **Incorporação de Materiais Reciclados:** A preferência pelo uso de materiais reciclados, sempre que disponíveis, é uma prática que promove a economia circular e reduz a pressão sobre recursos virgens.

e) **Gestão de Resíduos:** A remoção e destinação adequada de resíduos devem estar em conformidade com as regulamentações vigentes, assegurando a proteção do meio ambiente e da saúde pública.

f) **Atendimento a Normas de Qualidade:** A observância de padrões de qualidade e certificações, como os estabelecidos pelo INMETRO e pela ABNT, é crucial para garantir a excelência e a segurança dos serviços prestados.

g) **Uso Racional de Recursos:** Empregar recursos e equipamentos de maneira eficiente é uma obrigação, evitando desperdícios e priorizando, sempre que possível, o uso de energia renovável.

h) **Segurança no Trabalho:** A segurança no manuseio de ferramentas e equipamentos, especialmente os inflamáveis, deve ser uma prioridade, seguindo rigorosamente a legislação trabalhista vigente.

i) **Responsabilidade Ambiental:** Assumir a responsabilidade pela gestão de todos os resíduos gerados é um dever, garantindo sua correta remoção e destinação.

Adicionalmente, a execução da obra requer um licenciamento ambiental junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) de Várzea Grande, Mato Grosso. É imprescindível que todas as ações e medidas necessárias para o cumprimento da licença ambiental sejam meticulosamente detalhadas nas licenças prévia e de instalação, reforçando o compromisso com a preservação do meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável da região. Essas diretrizes são a base para um projeto que não apenas atende às necessidades atuais, mas que também preserva o patrimônio natural para o futuro.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

As experiências anteriores fornecem um sólido indicativo de que a contratação para a obra proposta é viável e possui uma alta probabilidade de sucesso na obtenção dos resultados desejados. A Secretaria Municipal de Viação e Obras reconhece a ausência de profissionais habilitados em número suficiente em seu quadro funcional para a execução da obra nos Bairros Mapim e Santa Terezinha, o que torna a contratação de uma empresa especializada não apenas uma opção, mas uma necessidade imperativa para atender à demanda existente.

Considerando:

- a) A condição atual dos Bairros Mapim e Santa Terezinha, que apresentam segmentos ainda não pavimentados e que demandam uma intervenção urgente para melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida dos moradores.
- b) As obrigações institucionais da Secretaria Municipal de Viação e Obras de Várzea Grande, Mato Grosso, que incluem o compromisso com o desenvolvimento urbano e a manutenção de vias públicas adequadas para o trânsito de veículos e pedestres.
- c) A necessidade premente de garantir a trafegabilidade constante e segura da rodovia em questão, o que é fundamental para a mobilidade urbana e para a segurança dos usuários da via.
- d) As informações e análises detalhadas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), que fundamentam a decisão e reforçam a necessidade de avançar com a contratação dos serviços indicados.

Com base nesses fatores, declara-se a necessidade e a viabilidade de contratação dos serviços de pavimentação e drenagem conforme indicado neste ETP, visando a melhoria contínua da infraestrutura do município e o bem-estar da população local. A execução deste projeto é um passo crucial para o avanço das condições urbanísticas e para a promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo na região.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALBERTO ALVES NAZARIO JUNIOR

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL



Assinou eletronicamente em 11/07/2024 às 16:04:03.

FELIPE AUGUSTO TEZOLIN

COORDENADOR



Assinou eletronicamente em 11/07/2024 às 17:03:28.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1-VOLUME 01 - RELATORIO DO PROJETO - MAPIM E SANTA TEREZINHA.pdf (25.68 MB)
- Anexo II - VOLUME 02 - PROJETO DE EXECUÇÃO - BAIRRO MAPIM E SANTA TEREZINHA (1).pdf (24.05 MB)
- Anexo III - VOLUME-4 ORÇAMENTO - MAPIM E SANTA TEREZINHA (2).pdf (6.15 MB)